

Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)



Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Competência
e Sintonia com os Novos Paradigmas do
Mercado

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A772	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : competência e sintonia com os novos paradigmas do mercado / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-485-6 DOI 10.22533/at.ed.856191807 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins, Bianca Camargo. CDD 720
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que, a convite da Editora Atena, apresento a primeira edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado”. Esta edição, composta por 23 capítulos, apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e do urbanismo, como: arquitetura, planejamento urbano, tecnologia e preservação do patrimônio cultural.

Um dos temas amplamente discutidos aqui é a preservação da paisagem como patrimônio cultural. Desde 1992, quando a Unesco incluiu a paisagem cultural como bem passível de preservação, inúmeros estudos e pesquisas mostram a importância da discussão do tema no território nacional. Porém, a valorização e o fomento à proteção da paisagem como bem cultural ainda é um grande desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas nacionais.

Assim, o foco do presente livro é mostrar a importância e a amplitude da discussão sobre o papel social da arquitetura e do urbanismo contemporâneo. Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas públicas ou privadas, que socializam o acesso a estas importantes pesquisas e reflexões.

Acredito que os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
LIÇÕES DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA DE CHICAGO PARA A PESQUISA URBANA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL	
Linda Maria de Pontes Gondim	
DOI 10.22533/at.ed.8561918071	
CAPÍTULO 2	13
PORTO DO AÇU: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS NOTÍCIAS NA MÍDIA IMPRESSA REGIONAL	
Dayanne Vieira Maia	
Rosélia Perissé da Silva Piquet	
DOI 10.22533/at.ed.8561918072	
CAPÍTULO 3	26
A ATUAÇÃO DO SETOR PRIVADO NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MARINGÁ-PR: CONFLITOS E REPERCUSSÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO	
Leonardo Cassimiro Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.8561918073	
CAPÍTULO 4	42
AGRICULTURA URBANA: UMA FORMA DE INTERVENÇÃO SUSTENTÁVEL	
Talissa Fernanda Bussacro Serafin	
Elisiana Alves Kleinschmitt	
DOI 10.22533/at.ed.8561918074	
CAPÍTULO 5	53
O MEIO FÍSICO COMO CONDICIONANTE NO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO URBANO-PAISAGÍSTICA	
Eder Donizeti da Silva	
Adriana Dantas Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.8561918075	
CAPÍTULO 6	68
PAISAGEM CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO	
Jefferson Eduardo da Silva Morales	
Georgia Patrícia da Silva Ferko	
Graciete Guerra da Costa	
Elizabeth Melo Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.8561918076	
CAPÍTULO 7	79
METODOLOGIAS DE ANÁLISE DA PAISAGEM URBANA	
Elisiana Alves Kleinschmitt	
DOI 10.22533/at.ed.8561918077	

CAPÍTULO 8	91
PAISAGEM CULTURAL E PAISAGEM SONORA HISTÓRICA: DOS SONS DO PASSADO NA IDENTIDADE DO PATRIMÔNIO	
Rodrigo de Almeida Spinelli Pinto	
Ernaní Simplício Machado	
Miriam Carla do Nascimento Dias	
DOI 10.22533/at.ed.8561918078	
CAPÍTULO 9	101
FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS DA PAISAGEM CULTURAL: METODOLOGIA APLICADA EM ITAGUAÇU – ES	
Amanda Guimarães Meneses	
DOI 10.22533/at.ed.8561918079	
CAPÍTULO 10	113
BUENOS AIRES E A HABITAÇÃO OBREIRA PERONISTA: <i>BARRIO 17 DE OCTUBRE</i>	
André Luis Rodrigues Bering	
Nara Helena Naumann Machado	
Raquel Rodrigues Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85619180710	
CAPÍTULO 11	125
PAISAGEM CULTURAL NO CONTEXTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Claudio Antonio Santos Lima Carlos	
DOI 10.22533/at.ed.85619180711	
CAPÍTULO 12	137
A FERROVIA E SEUS CAMINHOS NO DESENVOLVIMENTO URBANO	
Adriana Cristina Gonçalves Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.85619180712	
CAPÍTULO 13	149
A PAISAGEM CULTURAL DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA NA DINÂMICA FABRIL DA CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO	
Marcelo Cachioni	
DOI 10.22533/at.ed.85619180713	
CAPÍTULO 14	162
INTERVENÇÕES URBANAS: OS ESPAÇOS PÚBLICOS NA PAISAGEM CULTURAL RIBEIRINHA DA VILA ELESBÃO (AP)	
Luana Marques Vieira	
Guilherme Pantoja Alfaia	
Victor Guilherme C Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.85619180714	
CAPÍTULO 15	175
A PRESENÇA ESLAVA NA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM ARQUITETÔNICA DA ZONA DA MATA RONDONIENSE – BRASIL	
Janina Maria de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.85619180715	

CAPÍTULO 16	188
O BAIRRO POTI VELHO EM TERESINA-PI: PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL	
Mariana Monteiro Scabello Andréa Lourdes Monteiro Scabello Marina Brito de Oliveira Marques Marjorie Brito de Oliveira Marques	
DOI 10.22533/at.ed.85619180716	
CAPÍTULO 17	200
RUA DO HORTO: RELIGIÃO E A FORMAÇÃO DE UMA PAISAGEM CULTURAL	
Marília Jerônimo Costa Sarah Brandeburski Farias Gabriella Donato de Oliveira Lima Jussara Bióca de Medeiros Timótheo	
DOI 10.22533/at.ed.85619180717	
CAPÍTULO 18	213
VIA-PARQUE DAS GRAÇAS: CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO SOCIAL	
Marcela Correia de Araujo Vasconcelos Zulim	
DOI 10.22533/at.ed.85619180718	
CAPÍTULO 19	224
DESENVOLVIMENTO DA PAISAGEM URBANA: RADIAL AVENIDA JOÃO PESSOA, PORTO ALEGRE – RS	
Cristiane dos Santos Bitencourt Schwingel Raquel Rodrigues Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85619180719	
CAPÍTULO 20	236
MUITO ALÉM DO EMBELEZAMENTO	
Raquel Silva dos Santos Ana Elisabete de Almeida Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.85619180720	
CAPÍTULO 21	250
CARTOGRAFIA SOCIAL DA PAISAGEM CULTURAL DO MUNICÍPIO DE IRAQUARA - BA: SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO	
Luciana Almeida Santos Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.85619180721	
CAPÍTULO 22	264
CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DE MONUMENTOS CULTURAIS EM COLATINA	
Wellington Gomes da Silva Ana Lucia Reis Melo Fernandes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.85619180722	

CAPÍTULO 23	278
CENTRO CULTURAL FILÉ DA BARRA: ANTEPROJETO DE UM ESPAÇO CULTURAL E DE LAZER O PARA O BAIRRO DO PONTAL DA BARRA EM MACEIÓ – AL	
David Alves de Andrade Alexandre da Silva Sacramento	
DOI 10.22533/at.ed.85619180723	
CAPÍTULO 24	291
ANÁLISE ESPACIAL DE VISIBILIDADE APLICADA A GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL REMANESCENTE DOS CAMINHOS DE TROPAS NA REGIÃO DA COXILHA RICA, SANTA CATARINA	
Edenir Bagio Perin Adolfo Lino de Araújo Flavio Boscatto	
DOI 10.22533/at.ed.85619180724	
SOBRE A ORGANIZADORA	303
ÍNDICE REMISSIVO	304

FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS DA PAISAGEM CULTURAL: METODOLOGIA APLICADA EM ITAGUAÇU – ES

Amanda Guimarães Meneses

Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Colatina.
Itaguaçu - ES

RESUMO: A paisagem cultural ganhou espaço, inicialmente, quando no início do século XX, Carl Sauer, em Geografia, criou o conceito de paisagem cultural, como resultado da ação da cultura. Essa definição se completa com a definição de patrimônio cultural, onde são considerados patrimônio cultural, os monumentos, os lugares e os conjuntos, que são grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração com a paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. As definições de paisagem cultural, patrimônio cultural e outras como paisagem urbana e imagem urbana contribuem para a escolha e definição de elementos da paisagem a ser conservada, levando em conta a importância e percepção deste ponto para a organização da cidade. O trabalho teve como objetivo, encontrar o principal elemento da paisagem cultural do município de Itaguaçu, situado no interior do Espírito Santo, por meio de revisões bibliográficas para encontrar definições que auxiliem nessa escolha, pesquisas iconográficas, que

comprovem a importância desse elemento na história do município, percepção do seu estilo arquitetônico e elementos da sua arquitetura que referenciam sua imponência.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem; Cultural; Itaguaçu.

FORMS OF IDENTIFICATION OF ELEMENTS OF THE CULTURAL LANDSCAPE: METHODOLOGY APPLIED IN ITAGUAÇU – ES

ABSTRACT: The cultural landscape gained ground, initially, when at the outset of the XX century, Carl Sauer, in Geography, created the concept of cultural landscape, as a result of the action of culture. This definition completes itself with the definition of cultural heritage, where it's considered patrimony all monuments, places and architecture sets, which are groups of buildings, either isolated or gathered, that due to its architecture, unity or integration with the landscape, have extraordinary universal value on historical, artistic and scientific standpoint. The definitions of cultural landscape, cultural heritage and others such as urban landscape and urban image contribute to determine and define which elements of the landscape will be preserved, keeping in mind the importance and perception of that point to the city's organization.

This research had as a goal to find the main element of Itaguaçu's cultural landscape, placed on the countryside of Espírito Santo, by means of bibliographical research to find definitions that support that choice, iconographic research that prove the importance of said element in the history of the town, perception of its architectural style and elements of its architecture that reference its grandiosity.

KEYWORDS: Landscape, cultural, Itaguaçu.

1 | INTRODUÇÃO

O estudo da paisagem, como um bem, está presente no Brasil, segundo Ribeiro (2007), desde 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e desde então o interesse nessa área vem aumentando. Existem dois tipos de paisagem, a paisagem natural, que ainda não foi alterada pelo homem e a paisagem cultural, aquela que já sofreu alterações pelo homem. A paisagem cultural pode ser vista como evidência da relação do homem com a natureza e revela o pensamento de um povo, as práticas de uma época e os costumes de uma geração, sendo assim, um testemunho da história (RIBEIRO, 2007).

Considerando o fato de que a paisagem muda com o tempo, e que as paisagens podem ser perdidas ou modificadas, se vê necessário a preservação das paisagens culturais, preservando assim, conseqüentemente, a história do lugar onde a mesma está inserida.

O município de Itaguaçu, situado no interior do Espírito Santo, começou sua história por volta de 1880, teve crescimento natural, e como todo lugar possui paisagens singulares e elementos importantes que fazem sua paisagem única.

Em consequência dessa mudança e dessa possível perda da singularidade das paisagens culturais do município de Itaguaçu, vê-se necessário encontrar métodos para definir o principal elemento da paisagem cultural na cidade de Itaguaçu para sua posterior preservação.

2 | PAISAGEM CULTURAL: EVOLUÇÃO DO CONCEITO

A paisagem cultural ganhou espaço, inicialmente, quando no início do século XX, Carl Sauer, em Geografia, criou o conceito de paisagem cultural, que se deu, quando conceituou paisagem como resultado da ação da cultura (GALVÃO, 2010).

Em nível mundial, a paisagem cultural foi discutida em duas importantes convenções: A Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, em 1972, e a Convenção Europeia da Paisagem (CEP), em 2000 (GALVÃO, 2010).

Segundo Ribeiro (2007), a Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural foi organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e aprovada na Reunião de Paris em 1972. Para essa

convenção existe uma carta patrimonial, “Recomendação Paris” de Novembro de 1972, que aborda a definição de Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural.

São considerados patrimônio cultural, segundo a Recomendação de Paris de 1972, os monumentos, que seriam obras arquitetônicas, cavernas, ou qualquer elemento que tenha um valor excepcional de acordo com a história, arte ou ciência. Os lugares notáveis, especificados como obras do homem e da natureza ou somente do homem, que tenham valor excepcional de acordo com a história, arte ou ciência. Por fim, os conjuntos, “[...] grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração com a paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência” (Recomendação de Paris, 1972, p. 2).

Por meio dessas definições e discussões, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial, tornou-se o primeiro instrumento com intuito de proteger, conservar e identificar paisagens culturais com valor universal excepcional (GALVÃO, 2010).

Já a Convenção Europeia foi assinada por vários países Europeus em 2000, e define paisagem como “[...] uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e humanos” (CEP, artº 1º, 2001).

Em 2007, na cidade de Bagé (RS), na “Semana do Patrimônio - Cultura e Memória na Fronteira”, foi produzida a carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural, que define Paisagem cultural como:

Artigo 2 - A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais; Artigo 2 [sic] - A paisagem cultural é um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição, sendo o resultado de múltiplas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do homem sobre o meio natural. (BAGÉ, 2007).

De acordo com Silva et.al. (2007, p. 300), “[...] a paisagem cultural converge para a atual noção de patrimônio cultural, que prepondera sobre a expressão original de patrimônio histórico, isto é, a dimensão histórica se insere na cultura.”

Na Constituição Brasileira (2012), patrimônio cultural está definido na constituição desde a década de 1988, e é uma expressão muito irrestrita, pois abrange os bens materiais, naturais e imateriais, e é por definição:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2012, Artigo 216, p.

Outras Recomendações definem paisagem cultural, como a Recomendação Europeia de 1995, p. 3, onde classifica como paisagem cultural como:

[...] partes específicas, topograficamente delimitada da paisagem, formada por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores de reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças a presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias, ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos.

Em outros documentos patrimoniais, podemos perceber a amplitude dos valores atribuídos à paisagem, essa aparece sob designações como, “vizinhança”, “entorno”, “ambiência”, desse modo a paisagem às vezes aparece como o objeto da preservação e ora, em outros documentos, como a envoltória que protege o bem preservado (SILVA et al., 2007).

Segundo o International Council of Monuments and Sites – ICOMOS (2011), a paisagem cultural é considerada um bem, pois ilustra uma trajetória histórica da sociedade humana e, como critérios de seleção, tem-se seu valor universal e sua capacidade de ilustrar elementos distintos de uma determinada região. São parte da nossa identidade coletiva.

A paisagem cultural pode ser dividida em três tipos:

- a) paisagem claramente definida;
- b) paisagem evoluída organicamente, que se subdivide em paisagem relíquia ou fóssil e paisagem contínua;
- c) paisagem cultural associativa (ICOMOS, 2011).

O principal elemento da paisagem cultural da cidade de Itaguaçu é a Igreja Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças e seu entorno. Essa paisagem se enquadra claramente na segunda categoria, paisagem evoluída organicamente, que segundo Domingues (2001, p. 64) são:

Paisagens que evoluíram organicamente, tendo como origem um imperativo social, econômico e/ou religioso. Hoje, essas paisagens podem constituir uma relíquia (ou fóssil) do passado, distinguindo-se e conservando-se materialmente através da presença de seus traços originais; ou podendo ainda deter um papel social ativo [...].

No Espírito Santo, a cidade de Vitória também possui uma carta da paisagem em vigor, “Carta de Vitória em Prol da Paisagem da Região Metropolitana da Grande Vitória” redigida por vários profissionais de diversas entidades em dezembro de 2011. A Carta de Vitória segue conceitos parecidos de paisagem e paisagem cultural encontrado na Carta de Bagé.

Segundo Ribeiro (2007), a categoria de Paisagem cultural foi criada no Brasil pelo IPHAN e entre os principais motivos que justificaram a admissão de Paisagem cultural como um bem patrimonial, está a expansão urbana e a globalização, que vem

tomando conta das cidades, e mudando as paisagens culturais demasiadamente.

Partindo da hipótese que a paisagem cultural é dinâmica, ou seja, seus elementos se modificam pela ação natural do tempo e pela ação do homem, é importante preservá-la para que as novas gerações as conheçam (SILVA et al., 2007).

3 | METÓDOS DE IDENTIFICAÇÃO

A percepção da paisagem é provocada por sensações, e as mesmas são extremamente íntimas, cada indivíduo recebe e digere de uma forma distinta essas sensações. Por esse motivo, indicar métodos de percepção da paisagem pode ser muito difícil, porém existem algumas definições e caminhos que podem ajudar a identificar elementos importantes da paisagem, como:

- A história, pois a história do lugar onde as paisagens estão inseridas diz muito sobre elas, o tempo e as alterações por elas sofridas também, pesquisas iconográficas mostram e confirmam a história e ajudam a perceber elementos que estão presentes na paisagem do local desde o seu início;
- O estudo de conceitos como imagem urbana e paisagem urbana, que pudessem auxiliar na identificação do elemento;
- E por fim a análise da arquitetura do elemento identificado, que também pode confirmar a sua imponência.

3.1 História Do Município De Itaguaçu

O município de Itaguaçu, situado no interior do Espírito Santo, possui aproximadamente 15 mil habitantes, com superfície de 530,39 Km², sendo que, deste total, 72% de área rural e apenas 28% de área urbana, segundo censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016). Localizado na região Noroeste do Espírito Santo, o município está a 132 Km da capital Vitória (IBGE, 2016).

Seu desenvolvimento se deu de acordo com o crescimento populacional e elementos como a Igreja matriz, estão presentes na paisagem do município desde o início de sua colonização. De acordo com Loureiro (2016), “[...] a primeira capela, uma construção de taipa, recebeu a imagem de Nossa Senhora com o menino Jesus por volta de 1875 a 1880”.

O Centro foi o primeiro bairro da cidade, que começou a se formar a partir do surgimento da capela, substituída posteriormente, em 1955, pela Igreja Matriz Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, principal cartão postal da cidade desde a sua construção (Diocese de Colatina, 2016).

Segundo Gobbo (2015), a colonização da comunidade de Boa Família, atual Itaguaçu, teve início efetivo por volta dos anos de 1875 a 1880, com a expansão para a constituição de propriedades agrícolas, no vale do Santa Joana.

De acordo com Aurich (1958), José Theodoro de Andrade era dono da fazenda

Boa Sorte, localizada próxima ao Córrego Sobreiro, afluente do Rio Santa Joana. Ele foi responsável pela construção de uma ponte sobre o Rio Santa Joana, uma casinha e uma igrejinha, na qual introduziu uma imagem esculpida em madeira, representando Nossa Senhora do Menino Jesus, dando início assim ao povoado.

Mais tarde, outro pioneiro, Anselmo Frizzera, imigrante italiano, trouxe uma imagem de São José, constituindo assim a Sagrada Família, dando origem à denominação do vilarejo de Patrimônio de Nossa Senhora da Sagrada Família, com o tempo passou a ser chamado de Nossa Senhora da Boa Família e, por fim, Boa Família que pertencia ao atual município de Afonso Cláudio (AURICH, 1958).

Segundo Duque e Sbardelotti (1991), no dia 28 de novembro de 1914, o município de Boa Família foi criado. No entanto, somente no dia 17 de fevereiro de 1915 foi instalado oficialmente o município de Boa Família (IBGE, 2016).

No dia 30 de dezembro de 1921, o município de Boa Família passou a se denominar Itaguaçu (IBGE, 2010). De acordo com Roncon (1989), a origem do nome Itaguaçu deriva dos vocábulos Ita (pedra), Guaçu (grande), de origem tupi-guarani. “Itaguaçu” faz, portanto, referência a uma grande pedreira localizada próxima à sede do município.

Localizada no centro da cidade, a Igreja Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças pode ser considerada o mais significativo marco local, devido a seus atributos históricos, arquitetônicos e culturais que lhe fazem única. A Figura 1 traz uma sequência de fotos que mostra o crescimento da cidade de Itaguaçu, com destaque na Igreja Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, que influenciou junto com o rio Santa Joana consideravelmente no traçado da cidade.

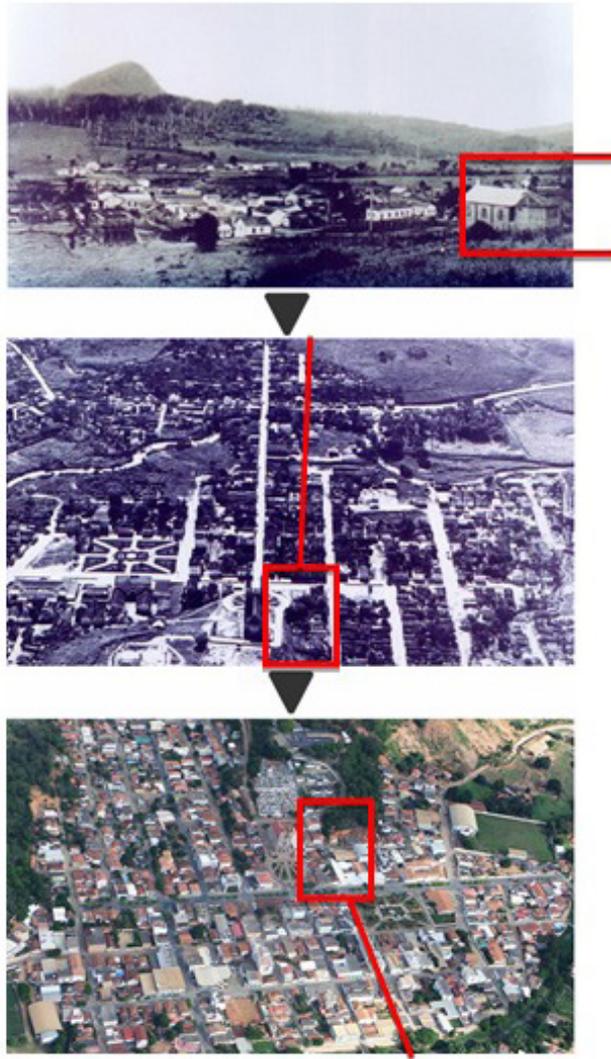


Figura 01 - Diagrama com crescimento da cidade de Itaguaçu.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

O município engloba várias religiões, a Católica, Luterana, Presbiteriana, Batista e Espírita. Porém, a maior parte da população é Católica e Luterana, devido à grande imigração alemã que houve para o povoado no seu início (AURICH, 1958).

Segundo Aurich (1958), por muitos anos, o povoado ficou sem amparo religioso regular, devido às dificuldades de acesso. A primeira padroeira de Itaguaçu foi Nossa Senhora da Boa Família, devido à capelinha construída no início do povoado, que possuía uma imagem de Nossa Senhora. Posteriormente, com a chegada da imagem de São José, a Padroeira passou a ser a Sagrada Família. Por fim, em 1955, foi instalada a paróquia Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, com a Padroeira Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças (AURICH, 1958).

Contudo, foi no ano de 1951, no dia 16 de Julho, que o Bispo Dom Luiz Scortegagna lançava a pedra fundamental da Igreja, ao lado da antiga capela, que veio a ser demolida quando a nova matriz começou a ser construída. Essa data ficou eternizada no calendário religioso do município (MITRA DIOCESANA DE COLATINA, 2003).

No dia 31 de dezembro de 1955, celebrava-se a primeira missa dentro do novo

Santuário. A nova Matriz ainda se encontrava sem forro, com paredes no tijolo e chão de terra batida (MITRA DIOCESANA DE COLATINA, 2003).

Percebe-se que a Igreja Nossa senhora medianeira de Todas as Graças esta presente no município desde o seu surgimento, perante a história confirma-se a importância desse elemento para o município.

3.2 Conceitos de paisagem urbana e imagem urbana como identificadores da paisagem

As definições de paisagem urbana e imagem urbana contribuem para a escolha e definição da paisagem a ser conservada, levando em conta a importância e percepção deste ponto para a organização da cidade.

De acordo com Cullen (1983), a paisagem urbana é o ambiente coerente e organizado visualmente: ruas, edifícios e outros elementos que compõem o ambiente urbano. Esse conceito permite a percepção que esses elementos e organização dos mesmos provocam impactos emocionais.

Para organizar esse conceito, Cullen (1983, p. 10) afirma que “[...] a visão tem o poder de invocar as nossas reminiscências e experiências, com todo o seu corolário de emoções”. A visão é usada, portanto, para definir aspectos, partindo da hipótese que o meio causa reações emocionais que não podem ser evitadas pelas pessoas.

O autor divide esses aspectos em: ótica, local e conteúdo. A ótica é basicamente a visão serial, formada por percepções sequenciais; o local representa reações em relação ao espaço, são sensações provocadas pela forma do espaço, aberto, fechado, alto, baixo e outros; e por fim, o conteúdo é caracterizado pela forma da cidade, texturas, cores, escalas e estilos (CULLEN, 1983).

A imagem urbana leva em conta vários elementos, e cada indivíduo tem uma imagem diferente. Os elementos da imagem urbana referem-se a elementos físicos, segundo Lynch (1982, p. 57), “[...] são passíveis de uma classificação conveniente em cinco tipos de elementos: vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes”.

Ainda de acordo com Lynch (1982), esses elementos podem ser observados em diversas imagens urbanas. Para nosso estudo em questão, enfatiza-se o conceito de pontos marcantes, que são um tipo de referência, podem ser representados por um objeto físico como edifícios, sinal, loja, montanha entre outros, podem se situar dentro da cidade ou a uma distância e tem função de símbolo de direção, são normalmente usados como indicação de identidade.

A igreja Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, na cidade de Itaguaçu, é considerada um ponto marcante na cidade, e possui funções similares às descritas acima para moradores e visitantes, funcionando assim, como um símbolo de direção e identidade da cidade. Fato que pode ser comprovado em um trecho do livro de Duque e Sbardelotti (1991, p. 248), “um dos mais belos e venerados templos do nosso Bispado”.

Cullen (1983, p. 28), também traz algumas definições que podem ajudar a entender a escolha da Igreja Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, como o principal elemento para a preservação da paisagem da cidade. Define ponto focal, como um ponto de convergência, um elemento geralmente marcado pela verticalidade, e que causa nas pessoas a ideia de estar no lugar certo, “pare”, “é aqui”.

De acordo com Cullen (1983), nossas reações emotivas têm relação direta com o espaço e deve ser considerada a questão dos níveis,

De modo geral, abaixo do nível médio do terreno, temos sensações de intimidade, inferioridade, encerramento ou claustrofobia enquanto que acima desse nível podemos ser tomados de grande euforia, ou por sensações de domínio ou superioridade [...] o ato de subir implica em ascender ao desconhecido (CULLEN, 1983, p. 40).

Como a Igreja está situada a um nível mais acentuado em relação ao resto do centro a cidade, a mesma proporciona as sensações descritas acima, além do seu destaque na malha urbana da cidade, podendo ser considerado um ponto focal na cidade.

Outra definição que contribuiu para a escolha da Igreja como principal elemento para a preservação, foi a definição de “perspectiva grandiosa”. Essa paisagem funde o primeiro plano ao longínquo, produzindo sensação de imensidão, “a ligação do primeiro plano com a paisagem longínqua induz uma sensação de domínio e de onipresença” (CULLEN, 1983, p. 43).

Podemos perceber como a igreja matriz de Itaguaçu, funciona diante da cidade, com as definições de ponto focal, elemento marcante, e as reações emotivas devido a sua grandiosidade arquitetônica.

3.3 A análise da arquitetura: igreja nossa senhora medianeira de todas as graças

A Matriz de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças é vista como ponto turístico do município e chama atenção pelas linhas arrojadas com grandes e riquíssimos vitrais (MITRA DIOCESANA DE COLATINA, 2003). Segundo Galli (2003), em 1959, os vitrais foram instalados na Igreja, dando uma impressão monumental. São compostos por doze vitrais que retratam a vida, morte e glória da Virgem Santíssima, quatro vitrais do coro Evangelistas e dois alusivos à Cantaria, Santa Cecília e os Anjos cantando (GALLI, 2003).

Externamente, destacam-se duas belíssimas torres de 48 metros de altura cada, os vitrais, alguns em forma de cruz, torrões que circundam a igreja e flores-de-lis. Possui 45 metros de extensão, sendo por esse motivo um dos maiores Templos Sacros do estado do Espírito Santo (MITRA DIOCESANA DE COLATINA, 2003).

O estilo arquitetônico do templo pode ser reconhecido pelos elementos da construção. De acordo com Cragoe (2014), as edificações góticas são mais altas e leves. A fachada característica do Gótico Francês do século XII (Figura 02), apresenta “[...] três portas encimadas por arcos ogivais e por uma rosácea, ladeada por altas

torres com flechas pontiagudas [...]” (CRAGOE, 2014, pag. 33).



Figura 02 - Foto da Igreja Matriz Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças.

Fonte: PMI, 2017.

Em relação aos materiais, Cragoe (2014) menciona as vantagens da pedra, e de como esse material quando empregado de forma correta permitiam a construção de grandes vãos. De acordo com Cragoe (2014), as construções das catedrais mais imponentes, com os enormes vitrais e abobadas altas, só foram possíveis devido ao aprofundamento das estruturas de pedra.

Segundo Cragoe (2014), os vitrais medievais, muito utilizados nos templos da época, eram compostos por pedaços de vidro colorido, unidos por fios de chumbo e uma estrutura de ferro. Essa estrutura fazia parte da composição da janela.

O mesmo autor também fala sobre os pisos de mosaico, que eram muito usados no início do Cristianismo pelos romanos, e traziam cenas e desenhos ilustrativos, como desenhos geométricos e florais rebuscados. O piso da Igreja Matriz de Itaguaçu é composto por um mosaico floral.

Cragoe (2014), fala também dos arcos góticos, que possuem uma multiplicidade de molduras, formados por uma sequência de volumes. Apesar de parecer que cada moldura foi feita isoladamente, na verdade, haviam sido entalhadas no mesmo bloco de pedra. Podemos perceber esses elementos citados acima pelo autor nos arcos da Igreja Matriz de Itaguaçu.

Outros elementos citados pelo autor, que podem ser identificados na Igreja Matriz, são as torres da fachada. De acordo com Cragoe (2014 p. 147), “o esquema de fachada de acesso com duas torres é característico da arquitetura das igrejas românticas e góticas”.

Cragoe (2014), também explana sobre os acessos comuns das igrejas góticas: o portal triplo é um elemento característico das catedrais góticas, dois para as naves

laterais e um para a nave central.

Por fim, o autor cita um elemento chamado rosácea com rendilhado, a rosácea, é uma grande abertura circular, elemento arquitetônico ornamental próprio das catedrais do estilo gótico. Era muito utilizada em Igreja do século XII e XIV, apresentando-se geralmente sobre o portal da fachada principal (CRAGOE, 2014).

Com isso, conclui-se que a arquitetura da Igreja Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças de Itaguaçu foi influenciada pela arquitetura gótica, e é uma das arquiteturas mais imponentes do município, além de ser uma construção muito antiga e vista de vários lugares da cidade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como os estudos apresentam, é possível perceber como a Igreja Matriz Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças se destaca dentro do município de Itaguaçu, pela sua presença desde na história, arquitetura grandiosa e nível elevado entre outros motivos apresentados anteriormente.

Na história podemos perceber a importância desse elemento, considerando que até o primeiro nome do município enquanto ainda era uma povoada, Boa Família, estava ligada a capela e as imagens existentes nela.

Também se destaca o valor sentimental do elemento, como pode ser observado, em Duque e Sbardelotti (1991, p. 248), “Construída pelo povo, através de leilões, infundáveis, eis que aparece a joia mais perfeita da Boa Família: sua Matriz, tendo ela por orago a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças. Um dos mais belos e venerados templos do nosso Bispado.”.

Outro ponto de destaque é que a igreja esteve presente significativamente no traçado da cidade, estando no centro e permitindo que o povoado crescesse a sua volta, como pode ser observado nos registros fotográficos exibidos no trabalho.

Por fim, conclui-se que o método utilizado para o trabalho, pode resultar na percepção de mais de um elemento, porém o trabalho destaca apenas a Igreja Matriz.

REFERÊNCIAS

AURICH, Carlos Henrique. **Introdução à história de Itaguaçu**. Itaguaçu: Gráfica N.a S.a de Fátima, 1958. 45 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35ª Ed. Brasília, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

Carta de Bagé, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Anexos.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

CRAGOE, Carol Davidson. **Como decifrar arquitetura: um guia visual completo dos estilos**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014. 256 p.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 202 p.

Diocese de Colatina. Disponível em: <<http://diocesedecolatina.org.br/paroquias/nossa-senhora-medianeira-de-todas-as-gracas/>>. Acesso em: 13 out. 2016.

DOMINGUES, Álvaro. **A PAISAGEM REVISITADA**. Finisterra, Lisboa, v. 72, p.55-66, 2001. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/viewFile/1621/1316>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

DUQUE, Aristeu Ballia; SBARDELOTTI, Miró. **Buona Famiglia**. Vitória: Gráfica e Editora São José Ltda, 1991. 290 p.

EUROPA. Decreto n.º 4/2005. **Convenção Europeia da Paisagem**, Florença, UE, 20 out. 2001.

GALLI, Pedro Antônio. **Histórico da Matriz de Nossa Senhor Medianeira de Todas as Graças**. Itaguaçu, ES, Junho de 2003.

GALVÃO, Mário João. **A paisagem cultural do vale do rio côa**. In: 1º COLÓQUIO IBERO - AMERICANO, PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 2010. Anais... . Belo Horizonte, MG, 2010. CD-ROM.

GOBBO, Laís Bazilio. **PROJETO DE RESTAURO DO CASARÃO DA FAMÍLIA FRIZZERA CASA DO PATRIMÔNIO DA MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA EM ITAGUAÇU - ES**. Vitória, ES, 2015. Disponibilizado através de correio eletrônico - laisbazilio03@gmail.com.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Itaguaçu**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=320270>>. Acesso em: 13 out. 2016.

ICOMOS – Internacional Council on Monuments and Sites. **World Heritage Cultural Landscapes**. UNESCO-ICOMOS Documentation Centre. Setembro de 2011. Disponível em: <http://www.icomos.org/centre_documentation/bib/2011_Cultural_landscapes_complete.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2017.

LOUREIRO, Regina Menezes. **ITAGUAÇU: Primeiras fazendas - dias atuais**. Itaguaçu: Gm Gráfica e Editora, 2016. 209 p.

LYNCH, Kevin. **A IMAGEM DA CIDADE**. São Paulo: Martins Fontes, 1982. 193 p.

MITRA DIOCESANA DE COLATINA. Matriz de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças. **Panfleto de Cinquentenário**. Itaguaçu, ES, Novembro de 2003.

Prefeitura Municipal de Itaguaçu. Disponível em: <<http://www.itaguacu.es.gov.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

Recomendação de Paris de 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

Recomendação Europeia de 1995. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Europa%201995.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

ROCON, Zila da Penha Lopes. **ITAGUAÇU EM REVISTA**. Itaguaçu, ES. Edição n° 09, Maio de 1989.

RIBEIRO, Rafael Winter. **PAISAGEM CULTURAL E PATRIMÔNIO**. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007, p.151. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

SILVA, Aline de Figueirôa et al. Os valores patrimoniais da paisagem cultural: uma abordagem para o processo de intervenção. **Revista Paisagem Ambiente: Ensaios**, São Paulo, v. 24, p.297-308, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/viewFile/86434/89091>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura urbana: 47, 49, 50, 51

Ambiente: 50, 74, 77, 79, 111, 129, 134, 196, 197

Análise de Conteúdo: 13

Arquitetura: 2, 5, 38, 53, 54, 57, 65, 66, 68, 79, 91, 113, 118, 120, 125, 133, 137, 146, 168, 173, 185, 188, 200, 210, 224, 233, 234, 236, 240, 247, 261, 266, 267, 278, 301, 303

C

Cartografia Social: 250, 251, 254, 259, 260, 262

Centro cultural: 289

Cultura: 33, 77, 99, 102, 103, 127, 151, 173, 189, 197, 253, 261, 262, 266, 269

E

Espaços Públicos: 162

Etnografia: 96, 99

I

Identidade: 91, 196, 250, 251, 275

M

Mapeamento Participativo: 250, 255

Monumentos Culturais: 264

N

Natureza: 68, 74, 130, 211, 218, 300

P

Paisagem: 7, 8, 9, 65, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 88, 89, 91, 92, 94, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 113, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 146, 149, 150, 160, 162, 165, 172, 173, 175, 185, 188, 189, 190, 191, 196, 197, 200, 203, 205, 208, 210, 211, 224, 237, 250, 251, 253, 254, 257, 258, 259, 261, 262, 291, 292, 300, 304

Paisagismo: 304

Patrimônio Cultural: 75, 102, 103, 133, 154, 210, 253, 260, 262, 269, 270, 275, 303, 304

Pesquisa urbana: 304

Planejamento: 23, 65, 79, 89, 146, 149, 160, 213, 250, 251, 262, 303, 304

Política habitacional: 113, 304

Políticas Públicas: 197, 304

Projeto arquitetônico: 304

Proteção urbana: 304

S

Sustentabilidade: 50, 304

T

Território: 79, 250, 251, 304

U

Urbanismo: 2, 5, 38, 53, 65, 68, 79, 91, 113, 120, 125, 137, 146, 159, 168, 173, 188, 200, 224, 233, 236, 261, 266, 267, 278, 281, 290, 303, 304

Urbano: 10, 24, 58, 59, 89, 139, 146, 147, 210, 213, 227, 228, 304

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-485-6

